

CRESCIMENTO E POBREZA; AS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO DA GRANDE VITÓRIA

Maria da Penha Smarzaró Siqueira
Profª. do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História
Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito
Santo/UFES. e do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em
Ciências Sociais PUC-SP/UVV-ES. penhasiq@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da história econômica do Espírito Santo, o estado passou por estágios de desenvolvimento, sendo que o principal, até meados da década de 1960, esteve ligado às mudanças relacionadas à economia cafeeira, setor que solidificava econômica agrário-exportadora e não registrava uma dinâmica regional que possibilitasse a expansão do setor industrial. A produção industrial local era inexpressiva em relação a produção industrial brasileira, e não se aproximava de 1% da produção nacional.

A partir dos anos 60, na direção da política econômica nacional, o estado tomou um rumo diverso aquele existente até então. Desestruturou-se um modelo primário-exportador, em função de um novo padrão de acumulação – o industrial. Com uma infra-estrutura bem montada (transportes, comunicação, energia e portos), o Espírito Santo viabiliza sua maior integração ao capitalismo nacional e internacional com a implantação dos “Grandes Projetos Industriais de Impacto”. Fato que marca as grandes mudanças na economia com ampla diversificação em sua base produtiva, que de predomínio agro-exportadora, muda para um modelo secundário-exportador, centrado em commodities industriais de produção em larga escala.

Processo econômico que se deu de forma acelerada, num caráter desigual alterando radicalmente as relações sociais campo/cidade. Um dos resultados mais sérios foi o êxodo rural de um elevado contingente da população em direção à Vitória e municípios vizinhos. A forma desenfreada que caracterizou o crescimento urbano foi acompanhada de grandes contradições espaciais e elevada desigualdade social. A

organização do espaço urbano, da infra-estrutura e dos serviços da cidade, não estabeleçam mecanismos que assegurassem a toda a população o acesso aos benefícios públicos, garantidores de melhores de vida mais, contradizendo os rumos do processo de desenvolvimento.

1 - Modernização da economia e os Grandes Projetos Industriais.

O processo de mudança econômica que se deu no Brasil a partir de 1930, promoveu importantes alterações nos padrões de desenvolvimento de algumas regiões ou estados, principalmente, para aqueles que apresentavam [...] *uma dinâmica política e sócio-econômica que permitiam a integração ao novo modelo emergente e capitaneado pela industrialização* (Bittencourt, 2006: 377), enquanto outros permanecem com suas tradicionais características agrário-exportadora, como principal setor dinâmico de produção. Até então, o crescimento da economia nacional dependia da expansão da agricultura cafeeira, e a sociedade era de predominância rural. É no decorrer dos anos 30 que o Brasil avança para a fase de seu desenvolvimento industrial, dando um salto decisivo, ultrapassando suas antigas bases agrárias e de caráter colonial.

A crise econômica internacional iniciada em 1929 coloca em evidência a vulnerabilidade e a inviabilidade da monocultura exportadora cafeeira, fato que força uma mudança na política econômica na busca de alternativas para dinamizar a economia nacional, estruturada em uma nova base produtiva, direcionada para o projeto de desenvolvimento industrial. Nessa perspectiva, processa-se uma mudança política, quando o tradicional domínio das oligarquias voltadas para o mercado externo dá lugar aos novos interesses centrados no mercado interno e no projeto de expansão do capitalismo nacional (Pereira, 2003).

Podemos situar a modernização econômica, ocorrida entre os anos de 1930 e a década de 1940, quando se estrutura a base produtiva nacional num projeto modernizador, como uma fase inicial de transição da economia primário-exportadora para a economia urbana/industrial. E o período entre as décadas de 1950 e de 1960, correspondente à industrialização e à urbanização acelerada, quando o capital estrangeiro vai assumir o controle dos ramos dinâmicos da economia nacional. Esse processo vai atingir as principais cidades brasileiras em amplas dimensões (Brum,

2000). Essas referências constituem a base histórica para o entendimento da posterior mudança socioeconômica que vai ocorrer no país.

Considerando globalmente a realidade brasileira na linha dessas formulações, observamos que, embora o país, como um todo, estivesse inserido no mesmo sistema de produção capitalista, de acordo com os setores produtivos de cada região, predominava uma desigualdade conjuntural, conforme características econômico-sociais distintas e regiões dotadas de generalidades próprias.

Neste contexto, o Espírito Santo, até início da década de 1960, embora inserido na região socioeconômica mais dinâmica do país (sudeste), produtor e exportador de café com destaque nacional, não tinha uma articulação regional que permitisse a expansão do capital, viabilizando o setor industrial. Sua estrutura econômica se mantinha ligada às antigas relações de produção no campo e a uma insipiente indústria de transformação de alimentos. As exportações de minério de ferro, em função da criação da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce)¹ desde o início da década de 1940, já marcavam uma diversificação no tipo de exportação movimentada no porto de Vitória, mas o centro dinâmico da economia permanecia com base na economia cafeeira (Siqueira, 1994).

Até então, o estado não estava inserido nos programas nacionais desenvolvimentistas, uma vez que o eixo da política econômica direcionava e concentrava os projetos de desenvolvimento, nos centros com economia mais dinâmica e mais articulada com o capitalismo, caracterizados por elevados índices de emprego e renda. Por outro lado, também não registrava uma dinâmica local que viabilizasse a expansão capitalista. Mantinha a tendência natural para o crescente movimento comercial centrado no porto, e as relações de produção, desenvolvidas em pequenas propriedades de predomínio familiar, fato que dificultava a inserção do estado no bloco cafeeiro que comandava as articulações capitalistas em âmbito nacional (Siqueira, 2001).

Historicamente, o período entre 1930 e meados de 1950 foi decisivo para o processo de constituição, no Brasil, de uma ordem nacionalista, capitalista e burguesa. O desenvolvimento industrial que se expandia propiciava transformações expressivas na economia nacional e na vida urbana das cidades. Mesmo estando o Brasil a partir de

¹ A Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942, em 2008, deixou de usar a tradicional sigla CVRD, passando simplesmente para Vale. É uma das líderes globais no mercado mundial de manganês e ferro-ligas e a maior da América Latina. <http://www.cvrd.com.br>.

meados os anos 50 sob a égide econômica industrial avançada, no Espírito Santo as diretrizes permaneciam sendo conduzidas pelo setor agrário-exportador cafeeiro.

A questão do atraso do estado e o entendimento de que a industrialização era necessária e urgente se inscreviam no discurso político, que ressaltava o descompasso socioeconômico em relação aos centros dinâmicos do país. Assim, no âmbito das desigualdades regionais, o Espírito Santo durante muito tempo reforçou os mecanismos do modelo centro-periferia. Essa realidade só vai começar a sofrer alterações nos anos de 1960, quando a economia passa por uma grande transformação, promovendo uma mudança radical no quadro socioeconômico estadual (Rocha; Morandi, 1991).

Diante da difícil situação mercantil e monetária da cafeicultura nacional, o Governo Federal adota, no início dos anos de 1960, uma nova política para o setor cafeeiro, criando o plano diretor do GERCA, cuja finalidade era executar uma política dirigida especialmente para a cafeicultura. Foi elaborada em três diretrizes: promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcelas dos cafezais. Dessas diretrizes, a primeira representou o principal caráter da nova política cafeeira, as demais não se aplicaram de forma que apresentassem efeitos significativos em âmbito da política em questão².

O Espírito Santo foi atingido por essa política com efeitos mais radicais e intensos em relação aos demais estados produtores de café. A crise social se expressou de forma intensa na redução do emprego na área rural, forçando um êxodo com foco inicial para as pequenas cidades da região cafeeira, seguido em movimento acelerada para a região da capital - Vitória. Este processo marca o início da modernização econômica, quando a desestruturação do antigo modelo agro-exportador, da passagem a outro modelo de acumulação, o industrial (Siqueira, 2001).

A modernização pelo viés da industrialização capitalista teve no Espírito Santo uma fase inicial entre meados dos anos de 1960 e 1975, comandada pelo pequeno capital local e favorecida por incentivos fiscais. Este período registra, no estado, a ocorrência de investimentos dos governos federal e estadual nas áreas de transporte,

² GERCA (Grupo Executivo da Recuperação Econômica da Cafeicultura) de “erradicação e indenização” dos velhos cafezais, implementado, entre julho /1962 a julho de 1966 e entre agosto/ 1966 e maio de 1967, atingiu todas as áreas produtivas do país. Em Minas Gerais, São Paulo e Paraná, foram erradicados, respectivamente, 33,3%, 26,0% e 28,4% dos cafezais. No Espírito Santo, foram erradicados 53,8% dos cafezais que ocupavam 71% da área cultivada com café. Ver: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória. 1950-1980*. Vitória: EDUFES, 2001. p. 51-52.

abastecimento energético e comunicação. Através desta ação pública conjunta (federal/estadual) foram criadas as bases da modernização do estado, que chegou, em 1975, com um conjunto de agentes propulsores do novo processo de desenvolvimento, criados, remodelados e revitalizados aliados a uma infra-estrutura portuária competitiva em âmbito nacional.

É nesta etapa que ocorrerá a segunda e decisiva forma de integração do Espírito Santo ao sistema capitalista nacional. Trata-se da implantação, notadamente na região da Grande Vitória, de projetos industriais de grande porte, voltados para os setores de transformação, principalmente de atividades indispensáveis à complementação e integração do parque produtivo nacional (minério de ferro, celulose, madeira, alimentos e siderurgia), que vão completar o ciclo de inserção do estado no processo de modernização nacional.

O propósito de promover a industrialização, a partir das potencialidades estaduais voltadas principalmente aos setores siderúrgico e paraquímico, incluía-se no novo ideário de desenvolvimento nacional, no sentido de dinamizar a economia de novas regiões com potencialidades de articulação com o setor externo, procurando uma maior integração nacional ao capitalismo internacional.

Nessa perspectiva, evidencia-se a partir de 1975, uma etapa de desenvolvimento caracterizado por uma nova dinâmica do processo de acumulação industrial, liderada pelo grande capital, promovendo um ritmo acelerado no processo de crescimento da economia local. A industrialização passa por alterações amplas e por um intenso processo de diversificação, constituindo-se no “locus” principal da expansão capitalista.

Essa dinâmica se deu de forma associada, industrialização/urbanização, refletida principalmente na região de Vitória, mudando o perfil urbano da capital, que deixou de ser a pequena cidade comercial e administrativa, inserindo-se no contexto urbano nacional. A consolidação da base urbano-industrial centrada na região da capital passou a elevar não apenas o ritmo da economia, como também o movimento da urbanização, que tomou forma de aglomeração num crescimento acelerado, gerando a multiplicação dos problemas urbanos.

A área polarizada pela capital a partir de 1960 passa a enfrentar um aumento populacional contínuo e crescente, configurando-se como área central de um processo de atração migratória, que ganha força na década seguinte, quando se acelera um crescimento urbano de forma desordenada, contribuindo para a expansão urbana desequilibrada da Grande Vitória. A Tabela 1 mostra a dinâmica populacional do

Espírito Santo entre 1950 e 2000, refletiva, notadamente a partir da década de 1960, em um amplo processo de urbanização, resultante do movimento migratório campo-cidade decorrente do declínio da economia agro-exportadora aliada às políticas de incentivo à industrialização, e que promoveu um inchaço populacional na Grande Vitória.

TABELA 1
DINÂMICA POPULACIONAL DO ESPÍRITO SANTO
POPULAÇÃO RURAL E URBANA EM %
1950-2000

ANO	POPULAÇÃO RURAL %	POPULAÇÃO URBANA %
1950	79,2	20,8
1960	71,6	28,4
1970	54,9	45,1
1980	35,8	64,2
1991	26,0	74,1
2000	20,5	79,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo 1950 a 1991. DIPEQ/ES/SDDI – 2000 in: MATTOS, 2008:82.

A região metropolitana expandiu-se em consonância direta com as necessidades de reprodução da economia modernizada, e a intensa urbanização que passou a ocorrer a partir de 1970, veio acompanhada por um processo de metropolização, conduzida no sentido de crescimento demográfico e no sentido de que, os principais interesses econômicos e a maior força de trabalho, estavam se situando na região da capital, onde se reproduzia com maior intensidade à inserção social das relações de trabalho. A intensa concentração populacional na região da Grande Vitória mudou a dinâmica e os direcionamentos de ocupação espacial urbana, estabelecendo ao mesmo tempo, novas tendências de vida urbana. A Tabela 2 nos permite identificar as mudanças demográficas ocorridas na Grande Vitória entre 1950 e 2000 e o percentual da participação desta região no quadro populacional do Estado.

TABELA 2
POPULAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA
1950/2000

	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Grande Vitória	110.424	194.384	385.998	706.262	1.064.919	1.425.587
Espírito Santo	957.328	1.418.384	1.599.335	2.023.679	2.600.618	3.097.232
% Grande Vitória	11,5	13,7	24,1	34,9	40,9	46,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo 1950 a 1991. DIPEQ/ES/SDDI – 2000 in: MATTOS, 2008:83.

De acordo com Castells (2000: 35)

[...] o fenômeno essencial que determina o crescimento urbano é o das migrações. A fuga para as cidades é, em geral, muito mais como o resultado de um *push* rural do que de um *pull* urbano quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana.

Nesse entendimento, podemos situar o Espírito Santo num quadro, onde a desarticulação da estrutura agrária, que conseqüentemente, proporcionou a desorganização da sociedade rural intensificou um processo migratório interno expresso em de expulsão. A concentração dos Grandes Projetos Industriais na Grande Vitória acelerou as migrações porque passou a ser a única região que apresentava perspectivas de trabalho no Estado.

2 – A CIDADE E AS MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS

No entendimento de Lefebvre (1991: 135) [...] *o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociabilidade, ao habitat e ao habitar*. Num sentido mais abrangente, o autor está proclamando o direito à vida urbana, à sociedade urbana e suas oportunidades inscritas

no direito ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, à comunicação, a oportunidades, à habitação, à vida. Direitos que abrem caminhos e definem uma nova perspectiva de civilidade. Essa noção nos transporta para a realidade urbana da cidade moderna, onde a industrialização passou a ser o motor de transformação da sociedade, e norteadora do crescimento econômico inserido no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

As cidades contemporâneas são reflexos das múltiplas potencialidades urbanas, num conjunto de equipamentos, possibilidades e oportunidades que povoam o imaginário coletivo, associando a representação de novas perspectivas de vida ao habitar a cidade. Essa perspectiva de uma vida melhor individual e coletiva com acesso às oportunidades oferecidas pela cidade tem impulsionado o grande movimento migratório no sentido campo-cidade e mobilidades inter-urbanas.

No Brasil, a industrialização, condutora da lógica da modernização urbana e do crescimento das cidades, toma vulto a partir de 1930, desta fase inicial da modernização econômica, até 1960, as cidades ganham uma nova representação social. Os efeitos da modernização deram passagem para um Brasil urbano moderno, e estabeleceram um novo caráter demográfico no país. Em 1970, a população brasileira foi classificada como urbana, quando o censo demográfico nacional registra 55,6% desta população concentrada em áreas urbanas, elevando a cidade à posição central na vida brasileira.

Até o início da década de 1960, o Brasil ainda era considerado agrário, e a grande mudança pela qual o país estava passando tinha como um dos principais veículos o crescente movimento das migrações, que se constituía [...] *no elo maior entre as mudanças estruturais pelas quais à sociedade e a economia passavam e a aceleração do processo de urbanização* (Brito, 2006:223). A partir desta época, a expansão urbana se apresenta como fator fundamental das mudanças estruturais na sociedade brasileira, caracterizando um crescimento acelerado, que levou a população para as cidades. Braga (2003: 2) chama a atenção para o fato de que [...] *não é só o volume, mas a qualidade do processo, que se deu de forma desordenada, levando a uma crise urbana sem precedentes.*

A década de 1970 é o marco na trajetória da urbanização nacional, entendida no sentido de um processo que resulta principalmente do deslocamento populacional da área rural para a área urbana. Podemos dizer que a rápida urbanização das cidades brasileiras não se limita a um processo estritamente demográfico, esse movimento implica dimensões muito mais amplas, é a própria sociedade brasileira que se torna cada

vez mais urbana, prevalecendo a cultura urbana nos centros mais dinâmicos do país. As cidades convertem-se no [...] *locus privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e transformam-se em difusoras dos novos padrões de relações sociais – incluindo as de produção – e de estilos de vida* (Brito, 2006: 223),

Nesse quadro, o modelo de desenvolvimento sócio-econômico que comandou a urbanização acelerada no Brasil promoveu um grande dinamismo nas cidades, partidário da urbanização concentrada e desigual, acompanhada de problemas sociais, processo que vai caracterizar a dimensão das grandes mudanças urbanas, que a sociedade brasileira começou a passar a partir da década de 1970.

No Espírito Santo, esse processo chega com a modernização econômica estabelecida a partir dos anos de 1960, quando a magnitude dos problemas urbanos de Vitória passaram a refletir os problemas da própria população, que a partir desta década, passou a se elevar em termos de aglomeração. A grande transferência de contingentes populacionais, fundamentada, num primeiro momento, no êxodo rural do interior do estado direcionado a cidade de Vitória, intensificado a partir da década de 1970, seguido pelo movimento de imigrantes externos, concorreu ativamente para a expansão urbana desequilibrada da região da Grande Vitória. Em 1960 a zona rural concentrava 71,6% da população do Estado, mantendo um movimento migratório campo-cidade contínuo, registrando no ano de 2000 um percentual de apenas 20,5% da população na zona rural (IBGE, 1991) - (DIPEQ/ES/SDDI-2000 in: MATTOS, 2008: 820).

Entre 1960 e 1980, a dinâmica populacional do Estado passa a modificar o tradicional quadro demográfico, que ganha um novo perfil em 1980, quando mais da metade da população já residia em cidades (62,2%), deixando para o passado a característica rural, acompanhando os novos paradigmas urbanos do Brasil. Nesse período, as unidades urbanas da Grande Vitória crescem de forma desordenada, sinalizando que o processo de urbanização estava ultrapassando os limites da municipalidade de Vitória, numa continua expansão da malha urbana que se alargava e tomava vulto de aglomeração.

A região da Grande Vitória ganha um novo contorno com a expansão urbana em consonância direta com as necessidades de reprodução da economia modernizada. De um lado, o processo de crescimento econômico moderno, a distribuição espacial da população e a expansão e ocupação do novo espaço metropolitano. Do outro, a modernização e a urbanização desordenada, seguidos de problemas sociais e ambientais, tais como: problemas com a expansão da periferia, a falta de moradias, a favelização,

carência de infra-estrutura urbana, mercado de trabalho insuficiente, crescimento do setor informal, poluição, ocupação de áreas de preservação ambiental e violência.

A desigualdade social e espacial, aliadas à inexistência de políticas públicas voltadas para a população de baixa renda, constitui-se em instrumento propulsor do rápido alargamento das periferias que, sem infra-estrutura urbana ou condições mínimas de habitação, passou a abrigar considerável parcela da população.

A intensa urbanização, que passou a ocorrer a partir da década de 1970, veio acompanhada por um processo de metropolização, conduzido no sentido do crescimento demográfico e no indicativo de que os principais interesses econômicos e a maior força de trabalho estavam se situando na região da capital, onde se reproduzia com maior intensidade a inserção social das relações capitalistas. Em 1960 a região da Grande Vitória, constituída de 5 (cinco) municípios, alojava 13,7% da população do Estado, percentual que se eleva para 46,3 no ano de 2000 (IBGE, 1991)-(DIPEQ/ES/SDDI-2000 in: MATTOS, 2008: 820).

O grande movimento migratório proveniente do interior do Espírito Santo e de estados vizinhos promoveu mudanças tanto demográficas quanto socioeconômicas e as contradições sociais existentes no interior da sociedade ganharam mais intensidade. Num movimento rápido e contínuo, [...] *deu-se o acelerado inchamento da Grande Vitória, onde vamos observar a intensa expansão da periferia e um processo de urbanização desordenado e desigual* (Siqueira, 2001: 145). A tradicional desigualdade social vai ganhar características mais radicais, apontando para a emergência de novas configurações sociourbanas, que seguiam o novo padrão urbano estadual, ancorado, sobretudo, nas mudanças em âmbito nacional e regional.

A modernização urbana e a industrial brasileira estavam ocorrendo centradas na concentração de riquezas, ausência de políticas públicas sociais e por conseqüente, na elevação dos desníveis sociais, tornando os pólos de desenvolvimento capitalista no Brasil, principalmente as capitais e as regiões metropolitanas em cenários emblemáticos de problemas de segregação social, mudando os padrões de sociabilidade urbana. As desigualdades socioespaciais, que se expressavam nas cidades, apontavam questões de grande complexidade que se configuravam no universo urbano, no quadro de uma aparente fragmentação que ganhava força no sentido da estruturação social e da estruturação do espaço urbano. Para Preteiceille (1994: 65) a fragmentação social é preocupação primordial nos debates sobre a cidade e resulta principalmente [...] *das*

tensões sociais, quase sempre explosivas, ligadas ao aumento da pobreza e da exclusão social, bem como ao crescente sentimento de insegurança.

Os vínculos evidentes entre o processo de modernização econômica num caminho de desenvolvimento desigual entrelaçam novos paradigmas sociais e urbanos deles decorrentes que se expressam na dimensão social, em sua totalidade, sejam na forma de ocupação do espaço, da apropriação do trabalho, das sociabilidades, na cultura, na moradia e nos próprios valores e estilos de vida.

Os traços desse universo urbano desigual e fragmentado estão refletidos, com maior evidência, na população pobre aglomerada em espaços favelados que se espalharam nas periferias das cidades, onde se registram os maiores índices de carências individuais, urbanas e sociais. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação insatisfatória de qualidade de vida urbana num leque que envolve educação, saúde, segurança, transporte, trabalho, saneamento e infra-estrutura, entre outros. Situação que exige do poder público, estadual e, ou municipal, relevantes investimentos em políticas públicas em todos os segmentos em questão.

A hegemonia do setor industrial elevou de modo considerável a aglomeração urbana da Região da Grande Vitória, e a economia do Espírito Santo, situando-o em um nível produtivo que lhe garantisse competitividade no mercado internacional. No entanto, não foram considerados os efeitos indiretos desse processo. A modernização se reproduziu apoiada em altos custos sociais para a região metropolitana [...] *sem as expectativas de geração de empregos e de efeitos redistributivos de renda, que poderiam proporcionar uma real elevação da qualidade de vida da população urbana* (Gouvêa, 2005: 29).

No âmbito do processo de modernização, a cidade acolhe e desenvolve no seu interior as forças impulsionadoras da modernização, tanto nos aspectos positivos quanto nos negativos, de acordo com sua realidade e suas potencialidades. De acordo com Lojkin (1991; 163) [...] *a cidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento modernizador capitalista, mas, inversamente, a urbanização é moldada, modelada, de acordo com as necessidades da acumulação capitalista.* O autor ainda ressalta que o crescimento desordenado das cidades e seu desenvolvimento desigual decorrem, em boa parte, das estratégias do modelo de desenvolvimento implantado e seus reais direcionamentos aliados aos diferentes agentes propulsores da urbanização.

No Espírito Santo a modernização capitalista alterou a estrutura produtiva demonstrando toda a diversidade das transformações ocorridas, nos aspectos econômicos, sociais, e na estrutura urbana da Grande Vitória. Nos setor econômico, da tradicional economia centrada na agricultura e dependente do café até 1960, geradora do maior percentual do PIB estadual, seguida pelo setor de serviços, e um setor industrial inexpressivo, para uma economia dinamizada pela indústria a partir da década de 1970, marcando uma grande mudança no movimento dos setores econômicos participativos do PIB, o Espírito Santo passou a demonstrar toda a diversidade das transformações que estavam ocorrendo nas bases de seu setor produtivo e no contexto social.

Entre 1960 e 1998, a agricultura perde de forma relevante sua representatividade econômica, enquanto setor dinâmico e gerador de rendas, com uma queda contínua de sua participação no PIB, chegando, em 1998, com uma pequena taxa de 8,8%, na composição geral do PIB. Enquanto isso, o setor industrial cresce, saltando de uma taxa de 5,9% em 1960 para 17,4% em 1970, seguindo um movimento crescente e relevante, que vai atingir 34,4% em 1980 (NEP. 1982). A indústria incorpora um caráter considerado moderno, caracterizado por se reproduzir no espaço urbano em amplas dimensões, onde os setores, secundário e terciário ganham papel preponderante na composição de emprego e renda.

O assentamento da economia nos grandes complexos indústrias minero-siderúrgico-celulose, cercados de um amplo conjunto infra-estrutural e logístico - ferrovias, rodovias e portos, constituíram o grande diferencial no novo desenvolvimento econômico modernizado e integraram o estado à lógica da expansão capitalista nacional.

Um relevante demonstrativo dessa nova dinâmica econômica está expresso no movimento do PIB do Espírito Santo no entre 1970 e 1999 em relação ao PIB nacional. Se até 1960 a agricultura predominava na composição do PIB estadual, que apresentava uma economia incipiente na conjuntura econômica nacional, na década seguinte, o crescimento da taxa do PIB, apoiada no setor industrial, vai marcar um diferencial de extrema relevância para o Espírito Santo no contexto nacional, quando o PIB cresceu nas décadas de 1980 e 90, superando o PIB nacional a uma taxa de 3,10%, mantendo um diferencial favorável de crescimento até o final do século XX (PDITS, 2005).

Num quadro nacional de mudanças globalizadas, o crescimento econômico do Espírito Santo avançou no sentido de uma economia diversificada em direção às novas tendências, com significativo aumento do setor exportador, principalmente apoiado em produtos semi-manufaturados, como aço e celulose, aliado ao papel assumido pelo

Estado, de articulador de novos investimentos no âmbito da economia modernizada. Não há como dissociar esse crescimento econômico dos avanços da nova base produtiva, caracterizada pela acelerada acumulação industrial competitiva e integrada à dinâmica econômica nacional e internacional.

Mesmo com os reconhecidos avanços econômicos, a modernização se deu espelhando os mesmos problemas sócio-espaciais que permearam a trajetória da industrialização nacional. A acelerada industrialização/urbanização e as mazelas sociais que acompanharam as mudanças estruturais, refletida principalmente na Grande Vitória se intensificaram, à medida em que Vitória e seus municípios não estavam preparados para o grande contingente populacional que passaram a abrigar. A intensificação da urbanização aliada à falta de planejamento, de infra-estrutura urbana e de serviços de atendimento público suficientes promovem um grave problema: a segregação, tanto espacial quanto social (Silva: 2007). Na Grande Vitória, essa problemática urbana vai se expressar com grande intensidade a partir de 1970, quando novas configurações econômicas mudam a característica socioespacial da região, evidenciando e reforçando as contradições já existentes, num quadro crescente de desigualdade social.

COSIDERAÇÕES FIANAIS

O processo da década de modernização econômica e a urbanização que se consolidou no Espírito Santo a partir de 1970 conquistam a dinâmica do processo de desenvolvimento, promovendo um crescimento econômico e urbano acelerado com impactos abrangente a todos os segmentos da sociedade capixaba. O crescimento populacional e o alargamento dos espaços urbanos acompanharam a modernização urbano-industrial capitalista, em um ritmo mais rápido e intenso que as possibilidades da modernização econômica. A dinâmica da modernização se fez sentir em várias dimensões. No que se refere à cidade e à urbanização, novos processos sociais despontam em conjunto com a realização do projeto modernizador, articulando novas formas de expansão da cidade e de seu espaço metropolitano.

A evolução positiva dos indicadores econômicos que acompanharam o processo de modernização/industrialização/urbanização seguiu um movimento muito desigual em

relação à evolução dos indicadores sociais. Os impactos sociais negativos ganharam maior evidência na medida em que não foi considerada a reorganização da infraestrutura da região atingida, pensando no novo papel da aglomeração urbana.

O crescimento econômico não gerou, na sua totalidade, um desenvolvimento integrado que promovesse benefícios para a população como um todo. No processo de desenvolvimento em questão, prevaleceu uma alteração quantitativa com relação às alterações qualitativas, principalmente tratando-se da valorização da qualidade de vida da população, condições de habitação, atendimento social público e ampliação do mercado formal de trabalho. Ações que criam condições mais igualitárias e maior integração social na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo. Do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRAGA, R.. Os desafios do estatuto da cidade. In: Boletim Territórios e cidadania. Ano III, Nº. 2, jul/dez. Rio Claro: Unesp, 2003.

BRITO, Fausto. *O deslocamento da população brasileira para as metrópoles*. In: Revista Estudos Avançados. Nº.57, maio/agosto 2006. São Paulo: 2006. p. 221-236.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTELLS,Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. *A questão metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos do Espírito Santo 1950 a 1991.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARICATO, Ermínia. *Brasil cidades: alternativa para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. *Desigualdade socioespacial e violência urbana: a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUC/SP, 2008.

PDITS do pólo capixaba do verde e das águas. *Dinâmica socioeconômica*. 2005. www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/docs/es.pdf.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getulio a Lula*. 5.ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS Junior, Orlando Alves (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades em crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O porto de Vitória: expansão e modernização-1950-1993*. Vitória: CODESA, 1994.

_____. Industrialização e empobrecimento urbano. O caso da Grande Vitória. 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001.

SILVA, Keli de Oliveira. *A periferização causada pela desigual urbanização brasileira*. Revista Urutágua. Nº. 11, dez/mar. Maringá: 2007.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela. *Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: FCAA, 1991.

UFES-NEP (1960-1970). *Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito Santo*. Vitória: 1982